O PARADOXO DA DESCENTRALIZAÇÃO NO FINANCIAMENTO PARA AS AÇÕES DE DST/AIDS: VISÃO DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO RIO GRANDE DO SUL

ROGER DOS SANTOS ROSA;CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE; JACQUELINE OLIVEIRA SILVA

Contexto/Objetivo: Considerando o processo de descentralização das ações em DST/HIV/AIDS, buscou-se analisar a visão das Organizações Não-Governamentais que trabalham na área (ONG/AIDS) em municípios selecionados do Rio Grande do Sul e a percepção delas sobre a Política de Incentivo no Âmbito do Programa Nacional de DST/AIDS (PI-PN-DST/AIDS). **Métodos:** realização de entrevistas com questionário semi-estruturado com 8 ONG/AIDS no Rio Grande do Sul (4 da capital e 4 do interior) em 2008. Foram escolhidas ONGs que trabalham com travestis e transexuais; homossexuais, homens que fazem sexo com homens e outros gays; profissionais do sexo e moradores de rua. No interior do RS, foram selecionados 4 entre 39 municípios qualificados na PI-PN-DST/AIDS (Santana do Livramento, Santo Ângelo, Pelotas e Rio Grande) com base em ter ONG atuante no Fórum de ONG/AIDS do RS e atuação em Conselhos de Saúde ou Comissões de DST/AIDS. **Resultados:** Uma das diretrizes do SUS é a descentralização. Contudo, a definição das políticas de saúde muitas vezes é feitas através de Políticas de Incentivo Federais. Apesar de existir uma PI-PN-DST/AIDS, as ações nos municípios variam muito de acordo com determinações políticas, sociais e culturais dos gestores e dos grupos sociais mais influentes muitas vezes não considerando as necessidades específicas das populações mais atingidas pela AIDS e historicamente discriminadas. **Conclusões:** Evidenciaram-se dificuldades da sociedade civil em ter suas demandas transformadas em ações concretas junto aos Planos de Ações e Metas e de garantir ações para as populações mais atingidas pela epidemia de AIDS. As populações historicamente excluídas continuam com dificuldades de acesso aos serviços de saúde em função do preconceito e da discriminação de que são alvos.